

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 47/2024**  
**PROCESSO Nº 801/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024**

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de 2024, o MUNICÍPIO DE CARAZINHO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ n.º 87.613.535/0001-16, com sede na Avenida Flores da Cunha, número 1264, Centro, CEP 99.500-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Milton Schmitz, inscrito no CPF sob n.º 584.588.168-49, nos termos do art. 40 da Lei Federal n.º 14.133/21, de 1º de abril de 2021, o Órgão Gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente, face a classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico n.º 037/2024 para Registro de Preços, por deliberação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados através da Portaria n.º 166/2023, homologado em 14/10/2024, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas participantes da licitação, observadas as condições estabelecidas no edital, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Executivo n.º 056/2023, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais legislações pertinentes, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras e parceladas de fraldas geriátricas, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, através do Documento de Formalização de Demanda n.º 047/2024, Processo n.º 13348/2024, e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico n.º 037/2024, que passa a fazer parte dessa Ata, como parte integrante.

**2. VIGÊNCIA**

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 01 (um) ano, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogada até a vigência máxima de 2 (dois) anos nos termos do art. 5º do Decreto Municipal n.º 056, de 18 de maio de 2023.

2.2 – O prazo de vigência que trata o item anterior, poderá ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso, comparado ao preço praticado pelo mercado, o qual será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do art. 23, da Lei Federal n.º 14.133/2021. 2.3 – Nos termos do art. 83 da Lei Federal n.º 14.133/21, e do art. 5º § 2º do Decreto Municipal n.º 056/2023, de 18 de maio de 2023, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

**3. CONTRATO**

3.1 – Para consecução dos fornecimentos dos produtos registrados nessa Ata poderão ser celebrados contratos específicos com as empresas, com posteriores solicitações conforme disposto no item 5.

3.2 – O contrato que decorrer de ata de registro de preços possuirá vigência de acordo com as disposições nela contidas e em observância aos artigos n.º 105 à 114 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**4. PREÇOS**

4.1 – Ficam registrados os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços abaixo relacionados:

Fornecedor: LA VITTA PRODUTOS HIGIENICOS LTDA				CNPJ: 43.192.344/0001-52		
				CEP:95.880-000		
Endereço:R. Max Henrique Erichsen nº156 Bairro: Das Industrias Cidade: Estrela RS						
E-MAIL: LAVITTACONTATO@GMAIL.COM				TELEFONE: (51) 9998-5287		
ITEM	CÓD	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	49839	600.000	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA TAMANHO GG, EG, XG : ACIMA DE 90KG - CINTURA DE 140 A 160CM, EM PACOTES COM NO MÍNIMO 25 UNIDADES E NO MÁXIMO 30 UNIDADES. CARACTERÍSTICAS: FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ELÁSTICO AO REDOR DAS PERNAS, 4 FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS PARA O MÁXIMO DE AJUSTE E PROTEÇÃO, COM SISTEMA PARA MAIOR RAPIDEZ NA ABSORÇÃO E MELHOR DISTRIBUIÇÃO DO LÍQUIDO, FLOCOS DE GEL SUPER ABSORVENTES PARA MAIOR ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE LÍQUIDO, REDUZINDO A UMIDADE. MANTA DE ABSORÇÃO DE NO MÍNIMO 70 % DO COMPRIMENTO TOTAL DA FRALDA. DE EXCELENTE QUALIDADE. LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE IMPRESSA NA EMBALAGEM, BEM COMO O RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA FABRICAÇÃO. TODOS ESSES ITENS DEVEM ESTAR CONSTANTES NO PROSPECTO.	POPMAIS	R\$ 1,21	R\$ 726.000,00
VALOR TOTAL						R\$ 726.000,00

**5. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PAGAMENTO**

5.1 – As solicitações de fornecimento à CONTRATADA por parte do Órgão Participante (OP) serão feitas através de Ordem de Fornecimento ou emissão da Nota de Empenho.

5.2 – Os fornecimentos deverão ser realizados de acordo com a descrição constante no Anexo I – Termo de Referência que integra o edital Pregão Eletrônico n.º 037/2024.

5.3 – Os materiais deverão ser entregues em até 10 (dez) dias, após a emissão da Nota de Empenho. Serão aplicadas as penalidades previstas no edital se a CONTRATADA não respeitar o prazo de entrega.

5.4 – O material deverá ser entregue pela CONTRATADA no setor de fraldas, situado na Rua Ernesto Alves, Bairro Centro, Carazinho - RS, durante o horário de expediente, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

5.5 – Não serão aceitos materiais em locais distintos daqueles informados junto à Nota de Empenho, visto que, cada mercadoria deverá ser entregue em seu respectivo setor/endereço.



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 47/2024**  
**PROCESSO Nº 801/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024**

8.5 – Fiscalizar a execução do objeto, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

8.6 – Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na entrega do objeto, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.

8.7 – Notificar, por escrito, a CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

8.8 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

**9. PENALIDADE**

9.1 – O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 9.1 deste edital as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.3 – As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 9.1. do presente instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

9.4 – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato ou documento equivalente com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 9.1 do presente instrumento.

9.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.6 – A aplicação das sanções previstas no item 9.1. desta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.7 – Na aplicação da sanção prevista no item 9.1, alínea "b", do presente instrumento, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8 – Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 9.1 da presente ata o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.9 – Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

9.10 – Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

9.11 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.12 – É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

9.13 – A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 9.1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**10. FISCALIZAÇÃO**

10.1 – Cabe aos Órgãos Participantes proceder a fiscalização rotineira do produto recebido, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.

10.2 – Os fiscais dos Órgãos Participantes estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o produto que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que esteja sendo entregue fora dos dias e horários preestabelecidos.

10.3 – As irregularidades constatadas pelos Órgãos Participantes deverão ser comunicadas ao Órgão Gerenciador, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades previstas.

**11. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

11.1 – Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos materiais no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:

a) greve geral;

b) calamidade pública;